



Presidência do Conselho

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Pl. Barata Salgueiro, 28.2.º — Lisboa.2

Palavras do Dr. João Salgueiro, como
Presidente da Junta Nacional de Investiga
ção Científica e Tecnológica, no
dia 1 de Fevereiro de 1972

Gostaria que a primeira das minhas breves considerações sublinhasse que me foi muito grato aceitar o convite de Sua Excelência o Presidente do Conselho para presidir a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Após as divergências políticas que motivaram a saída do Governo, assume para mim maior significado a continuação de trabalho em funções de interesse público.

As atribuições e competência da Junta são bem conhecidas e não vale a pena agora lembrá-las a quem melhor do que eu as tem certamente presentes. Encontram-se claramente enunciadas nos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 47 791 de Julho de 1967 e definem com inteira oportunidade o que pode e deve ser o trabalho deste departamento. Constituem funções entre nós ainda quase desconhecidas ou muito incipientemente exercidas mas que não podem ser esquecidas em qualquer país que queira assegurar presença inteira no mundo contemporâneo e a viabilidade do seu futuro.

As atribuições da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica foram concebidas com a dimensão e o co-

nhecimento das realidades científicas que a personalidade e a experiência do primeiro Presidente de Junta tornaram possível. De há muito tive oportunidade de admirar as qualidades de inteligência, vivacidade de espírito e cultura do Professor Leite Pinto, primeiro no I.S.C.E.F., depois no Ministério da Educação Nacional e agora numa grata colaboração ao longo dos dois últimos anos.

A verdadeira importância da pesquisa científica e técnica no nosso País não pode ser avaliada sem compreendermos em que medida condiciona a resolução de algumas das principais dificuldades que hoje defrontamos e que não são de molde a tolerar desperdícios ou atrasos vários. Consideremos as necessidades de rápido avanço tecnológico nas actividades produtivas para assegurar novos empregos e desencorajar a emigração, para a modernização e viabilidade das indústrias tradicionais ou da agricultura, para permitir a presença a médio prazo nos mercados externos para a dinamização de centros de desenvolvimento regional. Recordem-se os problemas suscitados pela política e progresso social, para a redução de custos e eliminação das carências de habitação para o progresso na formação e instrução aos vários níveis ou para a organização dos transportes e, em geral, dos equipamentos urbanos dos principais centros. Ou ainda a contribuição para um desenvolvimento mais harmónico, reduzindo os ajustamentos no meio do trabalho ou os resultantes da maior mobilidade, da urbanização e da menor integração social, lutando contra a degradação do meio ambiente e das condições de vida.

Impõe-se pois a necessidade de definir uma política nacional de investigação, que não resulte de redução à escala das coordenadas dos Estados Unidos ou da Rússia, da França ou da Inglaterra. Deve partir dos nossos problemas e potencialidades, estabelecer as prioridades e soluções próprias para o nosso presente e o nosso futuro. Caso contrário, se não criarmos as capacidades técnicas e científicas que a nossa vida real e o nosso

desenvolvimento exigem, só nos restará continuar a recorrer em excesso a importação, com atraso e por preço elevado, das parcelas de conhecimento alheio que nos forem facultadas.

A correcta compreensão dos mecanismos fundamentais do progresso económico e social radicam ainda mais estas certezas. Com efeito, é já tempo de abandonar os modelos de desenvolvimento — forçosamente muito limitados — que se apoiam excessivamente na função investimento, e na realização de projectos de maior ou menor dimensão. Esta concepção monumentalista e estática do progresso económico é responsável por desperdícios de recursos, distorsões de política de fomento e, até, por erros de avaliação e perdas de rentabilidade dos próprios investimentos.

De facto, o desenvolvimento é antes de tudo o resultado de inovação. Inovação efectivamente introduzida ao nível dos produtos e das técnicas, estruturas e processos de produção, e também nas formas de organização e de relação social. O investimento nunca é em si mesmo condição suficiente de progresso — se não acompanhado de transformações técnicas, estruturais e mentais convergentes — e muitas vezes nem sequer aparece como condição necessária. Basta lembrar todas as profundas mudanças que resultam da adopção de novos métodos de gestão, de mais aperfeiçoados sistemas de organização, ou de técnicas mais produtivas não envolvendo recurso ao investimento — como, por exemplo, na agricultura, com a adopção de melhores sementes, de adubos ou de rotações mais racionais.

O papel tradicional da pesquisa científica e tecnológica como fonte de inovações na produção e organização não merece sequer ser aqui enunciado. Mas deve salientar-se o muito particular significado que reveste nas sociedades contemporâneas. Os acréscimos de produção e produtividade contaram em

séculos anteriores com a influência predominante das transformações provocadas pelo alargamento dos horizontes geográficos e da exploração de reservas de mão-de-obra e, recursos naturais. Hoje, os alargamentos da escala e transformações qualitativas da produção devem-se cada vez mais à aplicações directas da ciência. E não apenas o crescimento económico mas também, em larga escala, a construção do progresso social, devido ao avanço das ciências humanas e sociais que contribuem para encarar o homem como sujeito e não instrumento do desenvolvimento.

Nos últimos 50 anos assistiu-se em consequência, à institucionalização sistemática da pesquisa técnica e científica, à intencionalização das finalidades da investigação, e à multiplicação dos meios humanos e materiais postos ao seu serviço. O reconhecimento generalizado da investigação como alavanca primordial do desenvolvimento e função essencial das sociedades modernas tem conduzido a formas de organização cada vez mais aperfeiçoadas e ao seu muito rápido crescimento. Face ao sector primário e às indústrias, surge no sector mais dinâmico dos serviços como uma das componentes de mais elevada potencialidade de expansão.

No caso português, nos próximos decênios o sector da investigação deverá ter crescimento relativo 6 a 7 vezes maior do que o conjunto da economia. De facto, não se trata apenas de assegurar a expansão correspondente aos aumentos da capitação do rendimento, mas de elevar a proporção no rendimento nacional dos actuais 0,3 % para um mínimo de 2%. A mais curto prazo, até cerca de 1980, enquanto assistiremos à provável duplicação do nível médio do produto, deveríamos ser capazes de organizar e assegurar pleno aproveitamento de um sector de pesquisa técnica e científica com dimensão cerca de 6 vezes superior à de 1970.

Mas não pode tratar-se apenas, naturalmente, da multiplicação de escala das actividades de pesquisa, ou dos recursos que o País lhe dedicará no próximo decénio. O desenvolvimento a atingir impõe que se avance simultâneamente em obediência a duas grandes orientações. Há que garantir a plena incidência da investigação na construção do nosso futuro, ou o que é o mesmo, no progresso das actividades económicas e das condições de vida, e na formação qualificada das novas gerações. Haverá, por outro lado, que operar o aperfeiçoamento interno do próprio sector da investigação, pela resolução dos problemas que entavam o seu rendimento e favorecendo as alterações de estrutura requeridas não só pelo alargamento de dimensão e mas também pelos ensinamentos de modernas formas de gestão especializada.

Todos conhecemos as condições de qualidade da investigação científica em Portugal em alguns domínios da pesquisa fundamental e aplicada, como são igualmente conhecidos os estrangulamentos e dificuldades existentes. A experiência dos trabalhos preparatórios de três planos de fomento permite avaliar o longo caminho a percorrer para melhor estruturação da investigação, tanto no sector público - vencendo a verdadeira pulverização das instituições, progredindo na estruturação de carreiras de investigador, revendo as normas de programação - como no sector privado - pela concessão de incentivos adequados, condições de transferência tecnológica do exterior, lançamento de iniciativas de cooperação.

Trata-se claramente de um conjunto de tarefas que não são de realização imediata nem podem ser exercidas isoladamente. Assim foi desde logo entendido com a criação da J.N.I.C.T. situada na Presidência do Conselho em ordem a funções de coordenação das actividades de investigação ligadas ao ensino, à defesa nacional e ao desenvolvimento económico-social em todo o espaço nacional. Previu-se mesmo expressamente a articulação com

sector privado. até ao ponto de incluir nos seus órgãos permanentes a representação da Fundação Calouste Gulbenkian, da Corporação de Ciências, Artes e Letras e das actividades produtivas. Como instrumentos de congregação de esforços, não podem, também, deixar de se considerar a prevista coordenação da representação nacional nos organismos científicos internacionais e todas as iniciativas tendentes à definição da política científica nacional.

O sucesso ou insucesso da missão cometida à Junta só haverá pois de medir-se pelo que vier a conseguir o conjunto das actividades nacionais de pesquisa para preencher o papel que lhe cabe na construção do futuro do País. Trata-se de atribuição que compete simultaneamente à Universidade, aos Institutos públicos, à fundações, às empresas privadas; que exige a programação coerente do conjunto e a convergência de esforços em iniciativas prioritárias; que requer o exercício de uma firme vontade política em ordem à definição de metas e à reestruturação e modernização do sector. Mas não devem restar dúvidas de que o seu atraso ou realização insuficiente comprometerá de forma não superável o nosso desenvolvimento a médio e longo prazo.

Penso que o presente momento da vida portuguesa é de molde a desejarmos que sejam vencidos quaisquer reflexos de particularismos e se criem condições para que todos possam lutar para a rápida solução dos problemas que o País defronta, para a efectiva transformação da nossa economia e da nossa sociedade.

Perante a amplitude dos movimentos em curso, interna e externamente, de cujo alcance nem sempre nos temos apercebido a tempo, não posso deixar, ainda uma vez, de formular o voto e a esperança de que o Senhor Presidente do Conselho possa acelerar o programa de reformas que se propôs introduzir na vida nacional e que seja assim possível corresponder às fundas aspirações de desenvolvimento e de progresso social tão amplamente vividas hoje no nosso País.